

Informativo VISA/TR n.º 130/2023

Comunicação de Risco n.º 099/2023 – VISA – Proibição do produto falsificado: Quietum Pro - Suplemento Alimentar em Cápsulas, fabricado por empresa desconhecida

Por solicitação da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro por meio do Ofício Circular SES/SUPVS SEI Nº 123/2023, para adoção das medidas sanitárias cabíveis nas determinações contidas nos Comunicados de Risco emitidos pelo Grupo Técnico da Rede de Alerta e Comunicação de Riscos de Alimentos – REALI da Coordenação de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos - COALI/GIALI/GGFIS/ANVISA, o qual informa a publicação da Resolução Nº 3.275, de 30 de agosto de 2023, publicada D.O.U. de 31/08/2023, a qual **proíbe a comercialização, distribuição, fabricação, propaganda e uso do produto falsificado Quietum Pro - Suplemento Alimentar em Cápsulas, fabricado por empresa desconhecida.**

A medida foi motivada considerando a denúncia de falsificação do suplemento alimentar da marca QUIETUM PRO comercializado nos sites www.quietumpro.com, www.oquietumpro.com e www.semzumzumzum.com, pela empresa Nutrivale Indústria e Comércio de Alimentos Nutracêuticos Ltda. - 22.022.463/0001-97, que consta na rotulagem como a fabricante dos produtos irregulares (lotes, cor de cápsulas e matéria-prima, rotulagem e frasco diferentes do original). A fabricante em epígrafe reconhece apenas a produção do lote 51323, fabricado em 06/03/23 e válida até 05/03/2025, com cápsulas de cor branco leitoso e pó (matéria prima) de coloração amarelo claro; acondicionadas em frasco de tamanho aproximado de 11 cm de altura, 5,5 cm de largura, com tampa tipo rosca com abertura superior e lacre interno; com rotulagem na cor azul claro e branco. Foram infringidos os dispositivos legais: arts. 10, 21, 41, 45, 46 e 48 do Decreto-Lei nº 986, de 21/10/1969; art. 6, incisos IX e X do art. 7 e art. 29 da RDC nº 727, de 1/07/2022, tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26/01/1999. O não cumprimento do disposto nesta resolução configura infração de natureza sanitária com sanções previstas na Lei Federal nº 6437 de 20/08/1977.